

Caracterização psicopedagógica da formação do Licenciado em Pedagogia e Psicologia em Angola (1980-2010)

Felisberto Kiluange Fragoso da Costa *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4255-9246>

Margarida Paula de Castro Rodrigues **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6926-7844>

Ermelinda Monteiro Silva Cardoso ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6767-6270>

RESUMO: A formação de profissionais da educação, em Angola, data de 1962, com caráter elitista, em função da abertura dos Estudos Universitários Gerais de Angola (Decreto-Lei n.º 44530, 1962) que, à luz do Decreto-Lei n.º 48790 (1968) passou a denominar-se Universidade de Luanda. Com a proclamação da independência nacional em 1975, a formação de profissionais da educação foi transferida para a esfera do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) fundado na cidade do Lubango, à luz do Decreto n.º 95/80 (1980), seguindo-se a abertura do ISCED do Huambo, de Luanda e, mais tarde, de Benguela (1993/94). A nossa investigação visou caracterizar psicopedagogicamente a formação do Licenciado em Pedagogia e em Psicologia, pelos referidos ISCED, do seu início, em 1980 até 2010, altura em que os dois primeiros autores deste artigo se graduaram pelo ISCED de Benguela. Assim, seguindo uma abordagem qualitativa, como marco teórico referencial de análise, recorremos ao método histórico-lógico, para descrever a evolução do processo formativo deste profissional, considerando os elementos que o antecederam e serviram de base para o mesmo, articulado com o modelo da lógica essencial da profissão, com enfoque holístico configuracional do respectivo currículo. Tal análise permitiu identificar três grandes etapas do processo de formação destes profissionais, nomeadamente: da criação dos estudos universitários em Angola, da reestruturação da Universidade de Angola e da reestruturação e expansão do ensino superior. A análise permitiu-nos identificar lacunas na formação destes profissionais, para cujas melhorias se propôs seguir a investigação com trabalho empírico. Concluímos, entretanto, que a formação destes profissionais transitou por vários momentos históricos que lhe imprimiram as suas dinâmicas e levaram a que fossem privilegiadas as competências para lecionar e preteridas outras, como é caso do desenho e desenvolvimento curricular.

PALAVRAS-CHAVES: Formação profissional; Currículo; Licenciado em Pedagogia e Psicologia

* Instituto Superior Técnico Militar de Angola | Doutorando em Educação – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação & Desenvolvimento – Universidade Lusófona, E-mail: f.kiluangefragoso@gmail.com

** Licenciada em Pedagogia pela Universidade Agostinho Neto - Instituto Superior de Ciências da Educação, Benguela. Professora da Escola do 1º Ciclo n.º 1109, na província de Benguela, Angola.

*** Doutora em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Teoria e desenvolvimento Curricular pela Universidade Agostinho Neto - Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango, Docente no Instituto Superior de Ciências da Educação, Benguela, Vice-Reitora para a Extensão e Cooperação da Universidade Katiavala Bwila, Benguela. Docente convidada no Instituto Superior Politécnico Piaget, Instituto Superior Politécnico Maravilha e Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências.

Psycho-pedagogical characterisation of Pedagogy and Psychology graduates in Angola (1980-2010)

ABSTRACT : The training of education professionals in Angola dates back to 1962, with an elitist character, due to the opening of the General University Studies of Angola (Decree-Law No. 44530, 1962) which, in the light of Decree-Law No. 48790 (1968) became known as the University of Luanda. With the proclamation of national independence in 1975, the training of education professionals was transferred to the sphere of the Higher Institute of Educational Sciences (ISCED) founded in the city of Lubango, in the light of Decree No. 95/80 (1980), followed by the opening of ISCED in Huambo, Luanda and, later on, Benguela (1993/94). Our research aimed to characterize psychopedagogically the training of the graduate in Pedagogy and Psychology, by the mentioned ISCED, from its inception in 1980 until 2010, when the first two authors of this article graduated from ISCED Benguela. Thus, following a qualitative approach as the theoretical reference framework for analysis, we used the historical-logical method to describe the evolution of the training process of this professional, considering the elements that preceded it and served as a basis for it, articulated with the model of the essential logic of the profession, with a holistic configurational focus of the respective curriculum. This analysis allowed us to identify three major stages in the process of training these professionals, namely: the creation of university studies in Angola, the restructuring of the University of Angola and the restructuring and expansion of higher education. The analysis allowed us to identify gaps in the training of these professionals, for whose improvement we proposed to follow the investigation with empirical work. We concluded, however, that the training of these professionals went through various historical moments that gave it its own dynamics and led to the privileging of teaching skills and the neglect of others, as is the case of curricular design and development.

KEYWORDS: Professional training; Curriculum; Graduates in Pedagogy and Psychology

Caracterização Psicopedagógica lio utungilo lio Licenciado ko Pedagogia kuenda Psicologia lio ISCED (1980-2010)

OKU TETA ONIMBU : Utungilo umesele elongiso, vongola kulima 1962 (Ohulukäi ovita ecea lakui epandu laval) ocisimilo lia kuyulula elilonguiso liamako (Decreto-Lei n° 44530, 1969) kuenda vocinyi lio Decreto -Lei n° 4879 (1968) liapita okuvilikia Universidade lio Luanda. Ocitua coku likalela lio feka utungilo umesele elongiso lia sandoloka ko Instituto Superior de Ciência de Educação (ISCED) lia fetika ko lupale lio Luvango (Lubango), kocinyi lio Decreto 95/80 (1980) okukuamamo wayulula ko ISCED ko Wambo (Huambo), ko Luanda noke Kobaka (Benguela) 1993/94. Oku kulihiso wetu lia tiama okupopia Psicopedagógicamente ulungilo lia Licenciado ko elongiso Pedagogia kuenda Psicologia, ko ISCED kuenda cia fetikila toke 2010, kotembo olio okuti asovoli avali lio ocikuata vatanga ko fetikilo olio. Kuenda okukuamamo okupopia qualitativo, tua lupukila ko método histórico-lógico, oco tusoneha oku amako onjila yoku linga eluliko umesele, oku sima ocina ciñila vicina cikuava via tukuama via silivila ndo lubombo lia utungilo ko ISCED okukuama lio ocisetahäi lio ukulihiso wolonduge oco cilomboloke tukapa kuluando luetu.

OSAPI YONDAKA: currículo lio utungilo lio Licenciado ko Pedagogia kuenda Psicologia lio

1.Introdução

A formação de um profissional de educação neste limiar do século XXI constitui um grande desafio, pois ao professor são exigidas novas competências e habilidades. Já não basta ao professor transmitir os seus conhecimentos, mas orientar a aprendizagem dos alunos. Assim, o centro do processo educativo migrou do professor para o aluno, isto é, do processo de ensino para o processo de aprendizagem, tal como podemos constatar no

relatório da UNESCO no tocante a contribuição do professor na preparação da nova geração para enfrentarem os desafios da sociedade (UNESCO, 1996). Entretanto, na atualidade ainda existem problemas com a eficiência dos sistemas educativos, com a formação de professores, bem como com a eficiência de planos de estudo e de programas acadêmicos (Cardoso, 2006). Perante as exigências impostas ao professor, torna-se evidente que a grande tarefa da formação de professores consiste em contribuir de múltiplas formas para o progresso e bem-estar da humanidade. Entretanto, preparar o professor para tal é tarefa extraordinariamente complexa e desafiante.

Segundo Cardoso (2008), os Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola (ISCED), não escapam às exigências impostas pela sociedade atual, no que respeita a reestruturação de planos e programas acadêmicos com base em teorias científicas, bem como a formação de professor cada vez mais competente, reflexivo, crítico e inovador, que tenha habilidades para: eleger comportamentos adequados a cada situação a partir do vínculo entre a teoria e a prática, num contexto muito mais amplo do que o estritamente escolar; intervir na aula com eficácia, nas suas interações de comunicação; estabelecer relações socioafetivas que permitam um clima de aula positiva; praticar formas de gestão que estabeleçam o exercício da iniciativa criadora da escola, incluindo a gestão da informação; tornar significativos os instrumentos de trabalho pedagógico: currículo, conteúdos de ensino, métodos e perfis dos professores; tomar decisões tendo um fundamento para fazê-lo; trabalhar em equipa; refletir e criticar; investigar na sala de aula e possibilitar estratégias de intervenção, para manter uma visão crítica e, conseqüentemente, construtiva da sociedade e do currículo.

É urgente e importante que a educação encontre modelos de desenhos curriculares pertinentes para formar futuros profissionais, com um perfil amplo, cujo desempenho profissional se ajuste aos novos desafios impostos pela ciência e tecnologia, que passam necessariamente pela adoção de novas práticas e estratégias pedagógicas baseadas em metodologias científicas que fomentem nos estudantes todos os aspetos que vão desde o “saber”, o “saber-fazer”, ao “saber-ser”. Torna-se necessário, portanto, analisar a evolução do referido processo formativo, para se fazer um ponto de situação que permita o diagnóstico da situação, a determinação das causas e desafios, para se perspectivar as ações para o seu melhoramento.

Assumem-se, como marco teórico referencial da análise, o método histórico-lógico (Beaton, 2002), por permitir descrever as características essenciais da integralidade do

processo em análise, no contexto espaço-tempo indicado e o modelo da lógica essencial da profissão, que segundo González et al. (1998), caracteriza-se por conceber o processo formativo em torno das competências, que sistematizam os conhecimentos, habilidades e valores que devem caracterizar o egresso de dito processo, com enfoque holístico configuracional do currículo (Fuentes, 1998). Este artigo objetiva analisar psicopedagogicamente o processo de formação do Licenciado em Pedagogia e em psicologia pelos ISCED de Lubango, Benguela, Huambo e Luanda, no período compreendido entre 1980 a 2010, com enfoque nos currículos. Deste modo, estruturamos o mesmo em três grandes etapas históricas, divididas em fases, que a seguir se analisam.

Neste artigo apresenta-se uma análise psicopedagógica do processo de formação do profissional Licenciado em Educação, opção Pedagogia e Psicologia, que permitiu identificar os seus traços mais marcantes. Ora, a formação profissional de professores a nível superior e, em particular, de professores licenciados em Pedagogia e Psicologia, está estritamente relacionada com a tradição histórica da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Para facilitar a compreensão dos nexos da evolução de dito processo, adotamos a proposta de marcos temporais de Cardoso (2006), em duas grandes etapas, nomeadamente: da criação dos estudos universitários em Angola e a etapa da reestruturação da Universidade de Angola, em novos moldes. Assim, a primeira etapa, compreendeu os anos de 1962 a 1974/75, enquanto a segunda etapa, obedeceu a duas fases: o período compreendido entre 1975 e 1992 e o período compreendido entre 1992 e 2002. Daí para diante viveu-se uma outra etapa, de expansão e reforma do ensino superior, com implicações sobre a formação destes profissionais.

1.1.Primeira etapa – da criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola (1962-1974/75)

A primeira etapa foi marcada pela fundação do ensino superior em Angola, em 1962, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Angola (Decreto-Lei n.º 44530, 1962), instalado nas províncias do Huambo, ex-Nova Lisboa, com os cursos de Agronomia, Silvicultura e Medicina Veterinária; Medicina, Química Industrial, Mecânica, Eletrónica, Engenharia Civil, Engenharia de Minas, em Luanda e, Ciências pedagógicas no Lubango (ex-Sá da Bandeira). A partir daquela altura, o ensino superior era acompanhado por instituições de investigação localizadas naquelas três cidades.

Em dezembro de 1968, determinou-se a transformação dos Estudos Gerais Universitários de Angola em Universidade de Luanda (Decreto-Lei n.º 48790, 1968). Assim, foram fundadas as Faculdades de Ciências, em Luanda, a Faculdade de Letras, na Delegação da Universidade de Luanda em Sá da Bandeira e os Bacharelatos de Geografia, História, Ciências Românicas e Licenciatura em Engenharia Geográfica, na mesma delegação.

A década de 70' foi marcada pela fundação da Faculdade de Economia em 1970 e da Faculdade de Direito em 1975, ambas na cidade de Luanda. Em 1974/75 foi extinta a Faculdade de Letras e Ciências Pedagógicas. Em 1976, a Universidade de Luanda passa a denominar-se Universidade de Angola, através da Portaria 77-A/76. Em 1977/78, foram extintos os cursos de Agronomia, Silvicultura e Medicina Veterinária que se fundiram na faculdade de Ciências Agrárias, com sede na cidade do Huambo. Até essa altura, toda a educação, incluindo a formação superior, onde se circunscreve a formação de professores, respondia aos interesses coloniais. Fatos importantes desta etapa:

- a. Sistema de educação baseado numa conceção elitista e colonial;
- b. Iniciação dos estudos universitários;
- c. Diversificação de cursos e faculdades, em algumas regiões do país;
- d. Planos de estudo e programas académicos não baseados em modelos de desenho curricular;
- e. Planos de estudos e programas académicos descontextualizados.

Uma vez que a educação era encarada como privilégio de uma elite para salvaguardar os interesses coloniais, ficou estagnada. A este propósito, mesmo na metrópole Portuguesa, Lima (2016) afirma que,

em meados da década de 1970, cerca de um quarto da população portuguesa era analfabeta, as taxas de escolarização entre crianças e jovens eram extremamente baixas (...) e a população universitária era diminuta (...) a situação em 1974 resultou de um "obscurantismo programado" que deixou marcas profundas na sociedade portuguesa, até hoje (p.603).

Ora, sendo que na metrópole as coisas andavam deste modo, não é de admirar que ao nível de Angola – uma colônia na altura – a situação não fosse diferente, com uma taxa muito baixa de escolarização e, conseqüentemente, de população universitária (Noré & Adão, 2003). Deste modo, a formação de professores ressentiu as mesmas questões, tendo sido iniciada tão tarde.

1.2.Segunda etapa – de reestruturação da Universidade (1975-2002)

O período que vai de 1975 a 1979 foi o mais crítico que a Universidade em Angola viveu, registrando-se a redução do seu efetivo em docentes e discentes. Entre as diversas causas, podemos apontar a problemática da transição do sistema elitista de educação colonial ao novo sistema de educação de Angola independente, a fuga de quadros superiores, a implantação do sistema centralizado de economia, bem como da governação, entre outros.

Para facilitar a compreensão desta etapa, optamos por dividi-la em duas fases, correspondendo a primeira ao período de vigência do monopartidarismo e da economia centralizada (1975 – 1992), com as suas implicações sobre o sistema educativo nacional, e, em particular, sobre o processo formativo dos profissionais em destaque.

A segunda fase corresponde, então, ao período marcado pela transição ao multipartidarismo e a abertura do país à descentralização da economia, o que acabou por abrir o processo formativo a um pluralismo de abordagem, ainda que incipiente (1992 – 2002). Com a reforma de 2001, deu-se então início a outra etapa, focada na expansão e reforma universitária (2002 – 2010).



1.2.Primeira fase (1975 e 1992)

O período de transição do governo colonial para o governo Angolano afetou o funcionamento do ensino superior em Angola, como já referimos. A universidade retoma o curso normal das suas atividades a partir de 1980 (Decreto-Lei n.º 31/80, 1980), porém, com perspectivas de seguir um rumo diferente. Nesta base, o Ministério da Educação (MED) orientou a criação da Comissão de Reformulação do Ensino Superior (CRES), cujo objetivo fundamental era proceder a uma reestruturação da Universidade de Angola, em novos moldes.

Neste contexto, em Abril de 1984, o I Conselho Universitário decidiu a elaboração de um estudo sobre a reformulação do ensino superior, com base nas resoluções saídas do I Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho (MPLA-PT), decorrido de 4 a 10 de dezembro de 1977. O desafio consistiu em dinamizar o funcionamento da Universidade, de acordo com os interesses do país, reestruturando-a quer no domínio dos conteúdos de ensino, quer da seleção de professores e admissão de alunos, a fim de lhe garantir um nível razoável de organização e uma perfeita ligação com as realidades do país. Os resultados do trabalho desta Comissão são quase

desconhecidos pela comunidade universitária, talvez porque a universidade foi considerada, durante alguns anos, como um setor de produção da elite burguesa e reacionária. Assim sendo, dada a forma como a universidade era entendida, não encontrava, oportunidade de concretizar os seus projetos de crescimento.

As principais políticas emanadas pela então Assembleia do Povo, passando pelo órgão de tutela (Ministério da Educação), deviam ser executadas pelos diferentes subsistemas de educação. A investigação científica foi afetada, em primeiro lugar, pela inexistência de estruturas de planificação da investigação a desenvolver nas diferentes Faculdades e Institutos e, em segundo lugar, pelo fato dos técnicos ligados a essas estruturas terem abandonado em massa o país meses antes e depois da proclamação da Independência Nacional, a 11 de novembro de 1975.

Não obstante as situações constatadas, a CRES, nalguns casos, não foi profunda, a ponto de não considerar, por exemplo, que uma das causas das reprovações na universidade fosse a existência de programas académicos que eram puras listagens de conhecimentos teóricos, sem a devida fundamentação, indicações metodológicas e de organização, além de não considerar a falta de docentes com qualificação para ministrar aulas na universidade. A título de exemplo, temos de considerar que a cobertura docente, em 1980, era constituída, maioritariamente, por estrangeiros. Muitos daqueles cooperantes apresentava um fraco domínio da língua portuguesa, o que influenciava negativamente a qualidade de ensino. O processo de formação de professores ao nível superior, após a independência, tem o seu início propriamente dito com a abertura do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), em 1980, no Lubango, através do Decreto nº 95/80, de 30 de Agosto, que, de acordo com Ferreira (2008),

extinguia, por sua vez, a Faculdade de Letras do Lubango. A criação dessa 1ª Instituição, no quadro da Universidade de Angola, na altura, cumpria as decisões saídas do I Congresso do MPLA, para a “tarefa da reestruturação do ensino” a serem efetuadas segundo as “Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social” e que salientava “a necessidade de se cuidar da formação de professores.” (...) definiu ou anunciou o marxismo-leninismo como a opção política a seguir, razão pela qual foi acrescentada a designação de Partido do Trabalho, passando assim o Movimento a precisar o carácter ou cunho ideológico e a usar a sigla MPLA-PT, desde então. No mesmo Decreto eram também definidos os “objetivos fundamentais” do ISCED, cuja preocupação indicava “a formação de pessoal qualificado necessário ao correto funcionamento do ensino de base, médio e superior, a habilitação de especialistas de educação e a promoção de investigação científica e técnica (p. 10).

Assim, o primeiro ISCED foi criado na província da Huíla e, mais tarde, na província do Huambo e depois, em Luanda – ambos na década de 80' – que, de início, contaram com a colaboração de professores cubanos e alguns da Europa do Leste. No âmbito dos planos de estudo e programas acadêmicos, segundo Cardoso (2006, p.45) “notava-se uma certa predominância da adaptação dos planos de estudos nacionais aos dos países de origem do corpo docente estrangeiro. Entretanto, a formação de professores a nível superior realizava-se tendo em conta todos estes aspetos e, como não podia deixar de ser, a formação de professores nas opções de Pedagogia e Psicologia foi conhecendo, também, todas estas dificuldades. Aliás, como indica Ferreira (2008, p.10-11),

a formação para o Ensino, efetuada em Angola até à independência, era fundamentalmente para professores do Ensino Primário. (...) com a criação dos Institutos Normais de Educação (INE), os professores para o Ensino Básico passaram a ser formados nessas Instituições. E aos ISCED passou a ser atribuída a formação de professores para os níveis de ensino subsequentes, ou seja, do Ensino Médio (...) e Pré-Universitário. A formação a levar a cabo nos ISCED então criados compreendia uma combinação de áreas de formação, (...) constituída por uma área de conhecimento científico específico, consoante as diversas formações, e outra de formação pedagógica (...). O ISCED do Lubango era, muito provavelmente, o que melhor servia ao ensino com cursos mais diversificados, em número de 12 - Pedagogia, Psicologia, Filosofia, História, Linguística/Português, Linguística/Francês, Linguística/Inglês, Geografia, Biologia, Matemática, Física e Química - com uma turma para cada [curso], além de uma formação ou disciplina em informática educativa (...) foi elaborado o perfil de área de conhecimento e de Pedagogia, (...) um dado perfil de saída profissional, para servir no Ensino.

A triste, lamentável e irrepetível situação de guerra que dilacerou o país, dividindo famílias, rasgando e desarticulando o tecido social e atrasando o seu desenvolvimento, teve grande influência sobre o desenvolvimento do ensino superior, em geral, e da formação de profissionais da educação, nas opções de Pedagogia e Psicologia. Pois, com a situação de instabilidade político-militar que se vivia o ensino superior conheceu avanços tímidos em termos de expansão, de desenvolvimento das suas estruturas organizativas e das ofertas formativas.

O período em referência foi importante, não só para a história da Universidade Agostinho Neto – UAN (Resolução n.º 1/85, 1985 e Decreto n.º 17/89), por se terem colocado as grandes questões do ensino superior em Angola, como também, para a análise da problemática em questão, uma vez que estão interligadas. Fatos importantes desta etapa:

- a. Redução do efetivo de docentes e discentes;
- b. Reestruturação da Universidade de Angola, em novos moldes;
- c. Afetação da investigação científica;
- d. Índices altos de reprovações, devido a programas de estudo, cujas exigências (de tipo acadêmica) não estavam à altura da qualificação dos professores;
- e. Grande número de professores estrangeiros;
- f. Predomínio de adaptação dos planos de estudos dos países de origem do corpo docente estrangeiro;
- g. Início do processo de formação de professores ao nível superior, com a abertura do ISCED no Lubango, província da Huíla.

A formação de Licenciados em Pedagogia e em Psicologia, nesta etapa, conheceu uma estagnação ao nível das infraestruturas académicas, do desenvolvimento e inovação da oferta formativa, concentrada apenas no Lubango, cujo produto não podia satisfazer as necessidades nacionais destes profissionais.

1.3.Segunda fase (1992-2002)

Neste período, fruto de todo o investimento no ensino de base com o fim do ensino elitista do tempo colonial, muitos alunos se matricularam para a formação de professores, pelos ISCED de Luanda, do Huambo, da Huíla e de Benguela e, concomitantemente, o aumento da formação de professores em Pedagogia, que até então registava um número reduzido. É de realçar, dada a falta de esclarecimentos neste âmbito, que o primeiro grupo-turma de estudantes do ISCED de Benguela (1993-1994), na opção de Pedagogia, era constituído somente por nove elementos e no ISCED do Huambo, o primeiro grupo nesta opção foi constituído por sete elementos, tirados forçosa e necessariamente de outras opções, para ingressarem no curso de Pedagogia.

Um outro aspeto que caracteriza este período é a excessiva descentralização dos planos curriculares dos ISCED, cuja consequência mais visível foi a falta de uniformidade dos planos curriculares, ao nível da UAN; exemplificando, pode citar-se que o plano curricular para as opções de Pedagogia e Psicologia do ISCED de Luanda era diferente dos planos curriculares das mesmas opções no ISCED do Lubango. No ISCED de Benguela, pelo fato de ser a mais jovem instituição, verificavam-se adaptações dos planos

curriculares das duas instituições. Obviamente, isto ocasionou dificuldades, com a mobilidade dos estudantes entre essas instituições ao nível do país.

Outra característica do período é a despreocupação e desatenção aos aspetos didáticos e do desenho curricular. Como consequência desta tendência, via-se nos planos curriculares dos diferentes cursos dos ISCED:

- a. Falta de precisão do modelo ou perfil profissional que se aspirava formar, o que fazia com que, desde o próprio desenho dos cursos, os programas de muitas cadeiras estivessem afastados dos problemas que um educador deve enfrentar no seu trabalho e das suas reais necessidades, resultando num currículo descontextualizado e desprovido de funcionalidade;
- b. Os planos curriculares, em muitos casos desfasados, eram muito academistas e não estimulavam a inovação e a criatividade do futuro educador;
- c. Conteúdos essenciais da profissão desatualizados e pouco funcionais;
- d. Carácter assistémico dos programas, quer dizer, falta de relacionamento entre todas as categorias que o definem;
- e. Sistemas de avaliação rígidos e basicamente sumativos;
- f. Emprego de métodos tradicionais, enciclopedistas, com prevalência de formas de organização basicamente teóricas;
- g. Falta de estreita vinculação entre os componentes académico, laboral e investigativo no processo de formação do profissional.

Nesta fase, a formação destes profissionais, não evoluiu quanto as infraestruturas académicas, a inovação das ofertas formativas, concentradas nos grandes centros urbanos de Lubango, Benguela, Huambo e Luanda, por razões de segurança dada a situação de guerra civil. A reforma educativa de 2001 possibilitou a avaliação do ensino, redimensionamento e expansão do ensino superior e, concomitantemente, da formação destes profissionais.

1.4. Terceira etapa – de expansão e reforma universitária (2002-2010)

Este período está marcado pela reforma do sistema educativo, com a entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 13/01), que redefiniu os fins da educação, a estrutura do sistema educativo e fixou os limites dos seus subsistemas. Dentre estes, destacamos o subsistema de ensino superior, em que se enquadra a

formação profissional em análise, cujo perfil de saída podia ser de Bacharel e/ou Licenciado, ao fim de frequência de três a cinco anos, respectivamente.

Este período é também marcado pela expansão de centros e polos universitários e ISCED por diferentes regiões do país, conforme as reformas na UAN. Com a reforma universitária, iniciou-se um processo de busca da qualidade universitária e de elevação dos padrões de pertinência. Em tal direção se encaminharam os esforços da UAN, que se concretizaram, de maneira ainda que discreta, na implementação de planos curriculares uniformizados a partir do ano letivo 2004/2005, como resultado das reuniões metodológicas sobre a uniformização dos planos curriculares em várias províncias do país, ao nível dos ISCED (Decreto-Lei n.º 35/01, 2001; Decreto-Lei n.º 2/01, 2001; Linhas mestras para a melhoria da gestão do ensino superior e respectivo plano de implementação). Como indica Cardoso (2006),

é neste âmbito que se verifica a reformulação de alguns programas académicos, fundamentalmente para as cadeiras que se ministram nos primeiros e segundos anos para a formação de professores na opção de Pedagogia e Psicologia e, mesmo assim, ainda com pouca informação (p.48).

Perante a necessidade de reverter a educação universitária, oferece-se importância a colaboração estrangeira, fundamentalmente cubana, em algumas áreas, tanto no aspeto académico, como no investigativo, incluindo a formação pós-graduada. Destacamos de importância decisiva, no redimensionamento do ensino superior, em particular, e até mesmo da educação, em geral, a abertura, no ISCED do Lubango, desde 2003, de dois mestrados vinculados a área educativa, nomeadamente: Mestrado em Didática das Ciências e Mestrado em Teoria e Desenvolvimento Curricular.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 7/09 (2009) que reorganizou a rede de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, criou novas IES e redimensionou a UAN, somada a atualização das normas gerais reguladoras do ensino superior com o Decreto-Lei n.º 90/09 (2009) reforçou a identidade profissional dos profissionais da educação, donde destacamos os licenciados em Pedagogia e em Psicologia dos ISCED, afirmando a sua importância para a intervenção educativa tão necessária e cada vez mais interdisciplinar para alunos oriundos de contextos sociais tão diversos e complexos, posto que muitos vinham de zonas assoladas pela guerra civil que devastava o país até 2002.

Fatos importantes desta etapa, no período anterior à reforma:

- a. Prevalência de modelos formativos academistas;

- b. Falta de precisão do modelo ou perfil profissional que se aspirava formar;
- c. Descentralização dos planos curriculares dos ISCED;
- d. Planos de estudos e programas académicos desfasados do contexto angolano;
- e. Predomínio de teorias pedagógicas tradicionalistas nos regulamentos.

Fatos importantes desta etapa, durante a reforma:

- a. Redimensionamento de planos e programas de estudo;
- b. Abertura de Centros e Polos Universitários e Instituições de Ensino Superior (IES) voltadas para a formação docente em quase todas as regiões do país;
- c. Aumento significativo de matrículas nos ISCED – Lubango, Huambo, Luanda e Benguela;
- d. Abertura, no país, da formação pós-graduada para docentes (desde 2003);
- e. Adaptação dos planos e programas de estudo às novas teorias curriculares.

Esta etapa é marcada, fundamentalmente, pelo incremento da formação pós-graduada dos professores dos cursos de Pedagogia e Psicologia, o que fez com que os saberes e competências recém adquiridas por estes fossem incorporados ao processo formativo. Com isto, associada a entrada em vigor de legislação específica para o ensino superior, donde se destaca o Decreto n.º 90/09, iniciaram-se reformas no subsistema de ensino superior, com impacto direto na formação dos licenciados em Pedagogia e em Psicologia.

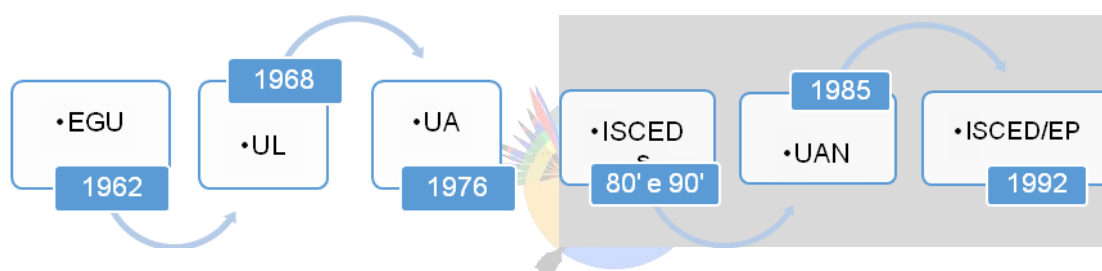
2.Caracterização Psicopedagógica e didática do processo de formação profissional em Pedagogia e Psicologia nos ISCED

Caracterizar psicopedagogicamente um processo é destacar características e qualidades psicológicas e pedagógicas do mesmo, o que se faz a partir de determinadas perspectivas ou concepções. Deste modo, para a caracterização psicopedagógica assumimos a perspectiva histórico-cultural e cognitivista. Para a caracterização didática, assumimos a perspectiva sistêmica da didática da educação superior aplicada ao processo formativo que se realiza nos ISCED, no período em referência; e a perspectiva holística configuracional (Fuentes, 1998). A perspectiva sistêmica da didática da educação superior permitiu-nos fazer a abordagem dos componentes e funções do

processo formativo e a perspectiva holística configuracional permitiu-nos abordar as etapas e configurações do mesmo processo.

O processo de formação do profissional, que se desenvolve nos ISCED, tem por finalidade garantir a formação integral dos futuros professores, que lhes permita dar respostas satisfatórias às exigências que a prática educativa lhes colocará. E, no período em referência, os ISCED são os responsáveis pela formação dos profissionais, cuja profissão é ensinar. Entretanto, temos de considerar que a experiência dos ISCED é a acumulada desde o início dos, já mencionados, Estudos Universitários Gerais de Angola, transformado na Universidade de Luanda e mais tarde de Luanda e, depois em UAN, que se reestruturou mais tarde, dando lugar ao surgimento de várias outras IES autônomas e a estruturação administrativa destas por regiões acadêmicas, como se pode ver na figura 1.

Figura 1. Linha do tempo das IES que asseguraram a formação do profissional da educação.



Fonte: Elaboração própria

Legenda:

EGU: Estudos Universitários Gerais (de Angola)

UL: Universidade de Luanda

UA: Universidade de Angola

ISCED: Instituto Superior de Ciências de Educação

UAN: Universidade Agostinho Neto

ISCED/EP: Institutos Superiores de Ciências da Educação e Escolas Pedagógicas

Concebe-se a profissão como uma combinação estrutural de conhecimentos acreditados, mediante títulos, autonomia no desempenho, prestígio acadêmico e reconhecimento social, relacionada dialeticamente com a ciência e onde estão presentes aspetos de administração e relações sociais (Decreto-Lei nº 57/03, 2003). A partir desta perspectiva, no nível universitário da formação de professores, os objetivos devem incluir igual ordem de prioridade, os aspetos vinculados à prática profissional, em função do carácter científico que a sustenta, o que se materializa, segundo Zayas (1989, p.78), “nas relações dialéticas entre o abstrato e o concreto, entre o reprodutivo e o criativo, entre a

essência e o fenômeno, dentro do currículo”. Objetiva ainda a habilitação de especialistas em educação e a promoção de investigação científica e técnica.

Conforme os objetivos deste processo e tendo em conta que o objeto de trabalho do profissional da educação em qualquer nível de ensino é o processo docente educativo e que os modos de atuação profissional são a direção do mesmo processo, as suas funções, segundo González (1998), são:

A função instrutiva [saber e saber-fazer], que tem a ver com as possibilidades que o processo formativo oferece para que os estudantes se apropriem dos conhecimentos, destrezas, habilidades e capacidades intelectuais necessários para desenvolver a sua prática profissional. A função educativa [saber-ser], que tem a ver com o desenvolvimento de valores, atitudes e o desenvolvimento da personalidade dos estudantes. A função desenvolvedora [saber, saber-fazer e saber-ser], que tem a ver com o desenvolvimento de capacidades para aprender a aprender, aprender a saber-fazer (p.45).

Zayas (1989), afirma que para o cumprimento destas funções, o processo formativo estrutura-se de modo sistêmico, através das relações entre os seus componentes organizacionais: o componente acadêmico, o laboral e o investigativo, em interação com os restantes processos universitários (extensão, pós-graduação, investigação e serviços científico-técnicos). O componente acadêmico tem como objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades considerados básicos para o futuro professor apropriar-se dos modos de atuação e das competências profissionais.

Assim sendo, de acordo com o modelo holístico configuracional da didática (Fuentes, 1998), o processo formativo transita por etapas ou estádios, interrelacionados dialeticamente, de modo que, em cada um deles, se conservam qualidades do anterior. De acordo com González et al. (1998), estes estádios do processo constituem a sua lógica interna. Neste âmbito, distingue três estádios que se interrelacionam:

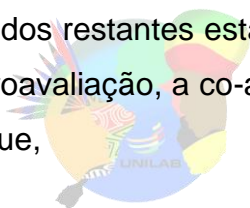
- a. Estádio de desenho e projeção do processo.
- b. Estádio da dinâmica do processo docente educativo.
- c. Estádio da avaliação do processo docente educativo.

O estádio de desenho e projeção do processo é o que antecede toda a ação educativa (currículo pensado). É o momento prévio à execução do processo, em que se concebe e projeta, aplicando uma concepção teórico-metodológica a uma realidade educativa concreta, que pode ser um curso universitário ou uma disciplina. Este estádio

fica, por sua vez, estruturado em dois momentos importantes: o macrodesenho curricular e o microdesenho curricular (González, 1998). No macrodesenho curricular realizam-se as ações da concepção e desenho do plano de estudos de um curso, incluindo o modelo do profissional. No microdesenho curricular, por sua vez, incluem-se as ações do desenho dos programas das disciplinas. Neste, a partir de determinados critérios didáticos, pedagógicos e psicológicos, delimita-se o conteúdo até ao nível dos temas das aulas.

O estágio da dinâmica do processo docente educativo, segundo González et al. (1998), consiste na execução do processo, no seu desenvolvimento. É o momento em que se dá vida aos problemas, aos objetivos, conteúdos e métodos. É denominado por muitos de currículo vivido, já que os sujeitos implicados se entregam ao trabalho de ensinar e outros, ao de aprender, pondo em jogo os seus recursos pessoais. Este estágio conforma os seguintes sub-estádios: motivação e orientação do conteúdo, construção e sistematização do mesmo.

O estágio de avaliação do processo docente educativo é o que retroalimenta o processo. Não é um ato final, pois vai ocorrendo ao longo do mesmo, o que significa que a avaliação está presente ao longo dos restantes estádios. Neste estágio, de acordo com Peres (1999), distinguem-se a heteroavaliação, a co-avaliação e a auto-avaliação. Quanto a avaliação, Cazaux (2003) refere que,



O educando é um ser ativo e dinâmico que participa na construção dos conhecimentos. Logo, a avaliação não se reduz a apenas atribuir notas. Se amplia e se desdobra no sentido de verificar em que medida os objetivos propostos têm sido alcançados, em termos de mudança de comportamentos, cognitivos, sócio-afetivos e psicomotores (p.33).

Entretanto, a perspectiva de Barreira e Moreira (2004) sobre a avaliação, vai além da verificação da mudança de comportamentos como expressão de objetivos alcançados, ao colocar a tónica na capacidade dos alunos mobilizarem os saberes adquiridos para a resolução de problemas novos, complexos. Para estes autores,

No ensino expositivo podemos verificar como os saberes que se transmitiram são dominados pelos alunos, pois a avaliação incide sobre os conhecimentos. No caso da Pedagogia por competência, o professor não pretende avaliar os saberes, nem as capacidades, mas sim como esses saberes e capacidades são mobilizados na resolução de problemas (p. 25).

Também do ponto de vista didático, integra-se nesta caracterização uma breve análise das categorias didáticas: problema, objeto, objetivo, conteúdo, métodos, formas de organização de ensino, meios de ensino-aprendizagem (Cazaux, 2003). Para aquela autora, o problema caracteriza o processo docente educativo no seu vínculo com a necessidade social e, portanto, é o ponto de partida do mesmo. É a situação que se dá num objeto e cria, no sujeito, a necessidade de resolvê-la. Tem um caráter objetivo que é inerente ao objeto mas, por sua vez, possui um marcado caráter subjetivo, devido ao sujeito para quem a referida situação se converte em necessidade. Nesta conformidade, o problema do processo de formação dos profissionais da educação responde à necessidade social de satisfazer as necessidades da educação em todos os níveis educacionais do país.

O objeto constitui a parte da cultura (arte, ciência ou tecnologia), histórica e socialmente construída pela prática social que se seleciona no processo formativo para garantir a formação dos formandos. No caso do processo de formação de profissionais da educação, o objeto de estudo é o próprio processo docente educativo, na sua mais ampla aceção.

O objetivo, segundo Mendes (2008), é o que se pretende alcançar com o processo formativo; representa a construção ou projeção subjetiva do resultado esperado e está condicionado pelas exigências sociais de uma determinada época e do contexto em geral. De acordo com esta posição, entendemos que o objetivo do processo formativo do Licenciado em Pedagogia e Psicologia nos ISCED é formar professores, com uma cultura e competências pedagógicas, psicológicas e sociológicas que lhes permitam responder satisfatoriamente às exigências que a prática educativa lhes coloque. Por outras palavras, os objetivos de todos os programas e temas devem estar direcionados para o alcance do perfil profissional que se deseja.

Tendo em conta que o conteúdo é o componente principal para a promoção do desenvolvimento integral do aluno, o conteúdo do processo formativo nos ISCED deverá estar conformado pelos sistemas de conhecimentos, sistemas de habilidades e sistemas de valores concatenados, dos quais o futuro profissional se deve apropriar, para garantir uma atuação pertinente. Estes sistemas de conteúdos, de acordo com a perspectiva curricular que se adote, concretizam-se nas diferentes disciplinas que conformam o plano curricular, desenvolvendo as áreas cognitivas, afetivas e psicomotoras (Piletti, 1991).

O método, segundo Libâneo (2004), constitui um conjunto de ações que o futuro professor utiliza intencionalmente para dirigir e estimular o processo formativo, em função das aprendizagens dos alunos. Constitui o caminho para se conhecerem as relações internas de um fenômeno. Tem como essência a atividade e a comunicação entre os sujeitos. Para Oramas e Zilberstein (2002, p.23) “o método didático deve ligar-se estritamente a uma síntese dos métodos das ciências, da profissão e de ensino-aprendizagem”. Da perspectiva destes autores fica claro que o método pressupõe a interação entre professores e alunos, em função de objetivos previamente definidos para o aluno, a serem alcançados por um sistema de ações do professor e do aluno, empregando meios de ensino.

Os autores consultados (Libâneo, 2004; Haydt, 2003; Pilleti, 1991), concordam que a aula é a forma predominante de organização do processo docente educativo. Sendo assim, a aula é determinado período de tempo, vivido entre professor e alunos, guiando-os para alcançarem os objetivos pretendidos. De acordo com os diferentes critérios, existem variadíssimas formas de organizar o processo de ensino. A título de exemplo citamos as seguintes: tutorial, grupal, frontal, dirigida ou à distância, por correspondência, acadêmica (aulas, consultas, seminários), laboral (prática laboral), investigativa (projetos, trabalho de fim de curso) e outras, que na opinião dos autores devem ser selecionados atendendo à perícia pedagógica do professor e às particularidades dos seus estudantes.

Os meios de ensino, conjuntamente com as formas, facilitam o processo de ensino-aprendizagem, articulados com os métodos selecionados. Daí entender-se que os recursos que servem de sustento ao processo de formação dos profissionais identificam-se com a categoria de mediadores didáticos González (1998, pp.7-8).

O processo formativo, no seu desenvolvimento, transita por diferentes etapas ou estádios: de desenho e projeção, de dinâmica e execução e de avaliação do processo, centrando-se a nossa análise no estádio de desenho e projeção do processo formativo. Por esta causa, entendemos que o processo de aprendizagem é:

- a. Um *espaço de construção de significados e sentidos*, porque os sujeitos que aprendem não são recipientes passivos da informação. Constroem os seus próprios conhecimentos e habilidades, a partir dos conhecimentos e habilidades que já possuem;
- b. *Processo consciente*, uma vez que é regulado e realizado intencionalmente pelo estudante, dirigido a metas, a finalidades, especialmente nas atividades de direção e controlo (metacognitivas). A aprendizagem desenvolvida, segundo Oramas e

Zilberstein (2002, p.62), “não possui outra via a ser construída, senão através de um processo onde o aluno aprenda a aprender e seja participante ativo na construção dos conhecimentos”. Isto implica que o processo docente educativo seja estruturado de modo a que o aluno se aproprie de ferramentas, procedimentos para aprender e, aplique, de modo pertinente e oportuno, os conhecimentos na interpretação dos fenómenos;

c. *Processo holístico*, que segundo Fuentes (1998, p.49), “constitui uma totalidade em constante relação entre os seus componentes, a tal ponto que este é, praticamente, parte do processo. Cada um dos aspetos ou dimensões que o conformam são uma expressão dessa totalidade”. Além disso, no próprio processo docente educativo, engloba-se a personalidade (de estudantes e professores) como um todo. Os estudantes, em particular, constroem, no processo de aprendizagem, conhecimentos, destrezas, capacidades; desenvolvem a inteligência, mas de maneira inseparável, é também uma fonte de enriquecimento afetivo, em que se formam sentimentos, valores, convicções, ideais e em que emerge a própria pessoa e as suas orientações perante a vida (Costa, 2022);

d. *Processo dinâmico e colaborativo*, porque ocorre essencialmente em interação com contextos e agentes sociais e culturais, através da comunicação e da atividade. Nessa interação, compartilham-se e constroem-se novos significados, razão pela qual tanto é uma experiência individual, como social. O meio social não é uma simples condição que favorece ou obstaculiza a aprendizagem. É uma parte intrínseca do próprio processo e define a sua essência.

Conclusão

Da análise psicopedagógica e didática do processo de formação do Licenciado em Pedagogia e Psicologia nos ISCED de Angola, podemos destacar que evoluiu por várias etapas, denominações deste profissional e receptivo perfil, desde o período colonial ao da República Popular de Angola e, mais tarde, da República de Angola. Passou assim, dos primeiros Estudos Gerais Universitários de Angola aos ISCED, dentre os quais o nosso estudo se centrou nos localizados nas cidades do Lubango, Huambo, Benguela e Luanda, no período compreendido entre 1980 e 2010.

O processo formativo dos Licenciados em Pedagogia e Psicologia nos ISCED visava, fundamentalmente, formar profissionais da educação competentes para lecionar, não atendendo às exigências e necessidades em termos de desenho, gestão e avaliação

dos currículos, com a devida atenção às particularidades dos alunos. O mesmo se desenvolvia através das funções instrutiva, educativa e desenvolvedora, através dos componentes acadêmico, investigativo e laboral, onde se situam as práticas pedagógicas, porém, com tendências enciclopedistas.

Como o declaram Silva e Bondo (2008, p. 7) “a missão dos ISCED, Institutos ou Escolas de Formação de Professores deve ser reforçada, no sentido de se dinamizar a investigação e os serviços prestados à comunidade” levando em consideração as necessidades atuais da atividade profissional. Isto exige uma análise profunda das transformações políticas, econômicas e sociais que se vêm produzindo na sociedade Angolana, de acordo com os contextos próprios de cada região do país, de modo a garantir uma formação consistente com as reais necessidades educativas relativas aos perfis profissionais que se aspire formar para os diferentes níveis ou subsistemas de Educação e Ensino em Angola.

A presente investigação limitou-se a analisar os currículos de formação dos Licenciados em Pedagogia e Psicologia egressos dos ISCED de Benguela, Lubango, Huambo e Luanda, não tendo sido possível, analisar o programa do ISCED de Cabinda, por razões económicas. Outra limitação do estudo foi o horizonte temporal escolhido. Entretanto, notamos escassez de estudos similares. Assim, julgamos que se deviam conduzir outros estudos no sentido de aprofundar a análise da problemática abordada, de modo a promover melhorias no processo de formação dos profissionais em Pedagogia e em Psicologia.

Referências

- Barreira, A.& Moreira, M. (2004). **Pedagogia das competências**. Coleção Guias Práticos. Porto: Edições ASA.
- Beaton, G. A. (2002). **Por una mejor vida y aplicación del enfoque histórico cultural. CD Convención HOMINIS´02**. Palacio de las Convenciones, Ciudad de la Habana.
- Cardoso, E. (2006). **Programa de metodologia do ensino de Pedagogia com base nas competências profissionais**. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Ciências da Educação, Lubango.
- Cardoso, E. (2008). **Desenvolvimento Curricular**. Texto de apoio. Benguela: Edições KAT.
- Cazaux, R. (2003). **Didáctica Geral**. São Paulo: Editora Ática.

- Costa, F. (2022). Características de um currículo para a educação dos Oficiais das Forças Armadas Angolanas. **Anais do Congresso Internacional Movimentos Docentes e Colóquio FORPIBID**. São Paulo. Vol. 3, nº2, p.593-600.
- Ferreira, A. (2008). Repensar o papel dos ISCED's. In Silva, E. & Bondo, P. (Org). (2008). **Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação: Repensar a Profissionalização em Ciências da Educação**. Luanda: Ed. Universidade Agostinho Neto, p. 9-14.
- Fuentes, H. (1998) **Teoría didáctica con enfoque holístico configuracional**. Centro de Estudios de la Educación Superior "Manuel F. Gran". Universidad de Oriente. Santiago de Cuba.
- González, F. et al. (1998). Modelo de actuación profesional: Una propuesta viable para el diseño curricular de la educación superior. **Revista Cubana de Educación Superior**. Vol. XVIII, nº3, p.7-18
- González, M. (1998). La orientación profesional em la educación superior. **Revista Cubana de Educación Superior**. La Habana. Vol. XVIII, nº3, p.44-59
- Libâneo J. C. (2004). **Didáctica**. Coleção Magistério. Série formação de professores. S. Paulo: Cortez Editora
- Lima, L. & Guimarães, P. (2018). Lógicas políticas da educação de adultos em Portugal. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo. vol.48, nº168, p.600-623 .
- Mendes, M. (2008). **Livro de textos de didáctica geral**. Benguela: KAT
- Noré, A. & Adão, A. (2003). O ensino colonial destinado aos "indígenas" em Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa. Vol.23, nº1, p. 101-126.
- Oramas, M. & Zilberstein, J. (2002). **Hacia una didáctica desenvolvedora**. Editorial Pueblo y Educación.
- Peres, A. (1999). **Educação intercultural**. Utopia ou realidade. Porto: Porto Editora
- Piletti, C. (1991). **Didáctica Geral**. 14ª ed. São Paulo: Universidade Católica
- Silva, E. & Bondo, P. (Org). (2008). **Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação: Repensar a Profissionalização em Ciências da Educação**. Luanda. Editora da Universidade Agostinho Neto.
- UNESCO (1996). Educação – Um Tesouro a Descobrir. In: Delors, J. (org). **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez Editora. p.90-102.

Zayas, A. (1989). **Fundamentos teóricos de la didáctica de la educación superior**. La Habana: Editora Pueblos.

Legislação consultada

República de Portugal. Administração Colonial Portuguesa em Angola (1962). Decreto-lei nº 44530, de 21 de agosto, da criação dos Estudos Gerais Universitários.

República de Portugal. Administração Colonial Portuguesa em Angola (1968). Decreto-lei nº 48790, de 23 de dezembro, Alteração da denominação de Estudos Gerais Universitários para Universidade de Luanda.

República de Angola (1976). Portaria n.º 77-A/76 de 26 de novembro, Diploma Orgânico da Universidade de Angola. Diário da República. I Série n.º 279. Imprensa Nacional.

República de Angola (1980). Decreto n.º 31/80, de 10 de abril, Estatuto da Carreira Docente Universitária. Diário da República. I Série n.º 85. Imprensa Nacional.

República de Angola (1980). Decreto 95/80, de 30 de agosto, da criação do Instituto Superior de Ciências de Educação. Diário da República. I Série n.º 206. Imprensa Nacional.

República de Angola (1985). Resolução n.º 1/85, de 28 de janeiro, da alteração da designação da Universidade de Angola para «Universidade Agostinho Neto». Diário da República. I Série n.º 9. Imprensa Nacional.

República de Angola (2001). Decreto n.º 35/01, de 8 de junho, Estatuto das instituições do ensino superior. Diário da República. I Série. Imprensa Nacional.

República de Angola (2001). Decreto n.º 2/01, de 22 de junho, Normas gerais reguladoras do subsistema do Ensino Superior. Diário da República. I Série n.º 28. Imprensa Nacional.

República de Angola (2001). Lei nº 13/01, de 31 de dezembro, Lei de Bases do Sistema educativo. I Série nº 65. Imprensa Nacional. Disponível em:

https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org.angola/files/2018-06/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf . Acesso em: 11 abr.2023.

República de Angola (2003). Decreto n.º 57/03, de 5 de setembro, Estatuto remuneratório do pessoal docente e não docente da Universidade Agostinho Neto. Diário da República. I Série n.º 70. Luanda: Imprensa Nacional.

República de Angola. Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1998). Proposta Global de Reforma. Ministério da Educação Angola. Luanda.

República de Angola. Secretaria de Estado do Ensino Superior (2005). Linhas Mestras para a melhoria de gestão do Subsistema do Ensino Superior. Luanda

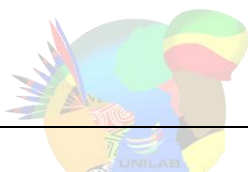
República de Angola. Secretaria de Estado do Ensino Superior (2006). Plano de Implementação das Linhas Mestras para a melhoria de gestão do Subsistema do Ensino Superior. Luanda

República de Angola (2009). Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, Reorganização da rede de instituições de Ensino Superior públicas, criação de novas instituições de Ensino Superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN). Diário da República. I Série n.º 87. Imprensa Nacional.

República de Angola (2009). Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, Normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior. Diário da República I Série n.º 87. Imprensa Nacional.

Recebido em: 20/01/2023

Aceito em: 01/05/2023



Para citar este texto (ABNT): DA Costa, Felisberto Kiluange Fragoso; RODRIGUES, Margarida Paula de Castro; CARDOSO, Ermelinda Monteiro Silva. Caracterização psicopedagógica da formação do Licenciado em Pedagogia e Psicologia em Angola (1980-2010). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.13-34, mai. 2023.

Para citar este texto (APA): Da Costa, Felisberto Kiluange Fragoso; Rodrigues, Margarida Paula De Castro; Cardoso, Ermelinda Monteiro Silva. (mai.2023). Caracterização psicopedagógica da formação do Licenciado em Pedagogia e Psicologia em Angola (1980-2010). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial I): 13-34.